



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E
OUTRAS DROGAS: a difícil relação com o estigma e o
preconceito**

EDSON OSMAR VENTURA

**FLORIANÓPOLIS,
2015**

EDSON OSMAR VENTURA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS
DROGAS: a difícil relação com o estigma e o preconceito**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social, do Centro
Sócio Econômico, da Universidade Federal de
Santa Catarina–CSE/UFSC, como requisito
parcial para obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social.**

Orientador: Prof. Dr. Valter Martins

**FLORIANÓPOLIS,
2015**

EDSON OSMAR VENTURA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS
DROGAS: a difícil relação com o estigma e o preconceito**

**Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, para
obtenção de Título em Bacharel em Serviço
Social.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Valter Martins
Departamento de Serviço Social/UFSC
Presidente**

**Professora Dra. Maria Teresa dos Santos
Departamento de Serviço Social/UFSC
Examinadora**

**Professora Dra. Keli Regina Dal Prá
Departamento de Serviço Social/UFSC
Examinadora**

**Florianópolis,
2015.**

É tempo...
de destruir barreiras
destroços de sentimentos
Comportamentos
Que foram escritos em nossos corpos.
Há tempo
de mergulhar nas profundezas do que não passa,
de se deleitar nas águas de um saber
que se faz concreto.
Torna-se tempo
de ir além
elevar-se
De compor novas músicas
Novos sons.
O ser que carrego hoje
Pode ainda ter as marcas de contradições passadas
Mas é possível somar a tudo isto
O espaço do amor
Que não apenas resgata o nosso verdadeiro eu
Mas inspira o novo e,
o que é mais importante
garante que esta execução seja possível.

(Josiane Rose Petry Veronese)

DEDICATÓRIA:

Dedico este trabalho a minha linda e abençoada mãe. Que Deus na sua infinita misericórdia possa concedê-la sempre a alegria e a paz de viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por conceder-me a vida e a alegria.

À minha família, mesmo vivendo momentos difíceis, acredito que um dia possamos voltar a sermos unidos e felizes.

Aos professores e servidores do departamento de Serviço Social, por acreditar que tudo é possível na realização dos objetivos. E aquelas pessoas que, direta ou indiretamente, deram sua contribuição para que o meu projeto fosse realizado.

À Professora Fernanda Roberta de Vasconcelos, que ministrou a Disciplina de Direito e Cidadania, muito agradecido pela sua contribuição, e à Professora Josiane Rose Pretz Veronose, do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, por aceitar-me como estudante ouvinte na disciplina de Direito da Criança e do Adolescente.

Agradeço também ao professor e orientador, Valter Martins do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, pela dedicação e contribuição na realização deste trabalho.

Às professoras e doutoras, Kely Regina Dal Prá, Maria Teresa dos Santos e Michelly Laurita Wiese, do Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da UFSC, por participarem da banca de defesa do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Faço também um breve agradecimento aos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Trindade, da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), da Prefeitura Municipal de Florianópolis, na realização do Estágio Obrigatório I e II.

A todos os colegas que deram a contribuição no intuito da realização deste projeto.

Ao meu companheiro, o eterno agradecimento.

VENTURA, E. O. **CRIANÇAS E ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS:** a difícil relação com o estigma e o preconceito. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO

Este estudo problematiza o estigma e o preconceito sofridos por crianças e adolescentes usuários de álcool e outras drogas. A discussão parte de um estudo bibliográfico sobre o tema, com o objetivo de compreender como o estigma e o preconceito influenciam diretamente a vida desses sujeitos. Embasando-se nas discussões de Goffman (1988), sobre o estigma, e Schilling e Miyashiro (2008), acerca do preconceito, busca-se construir aproximações teóricas de sustentação deste trabalho para melhor compreensão do tema proposto. Nesta abordagem, procurou-se compreender como as políticas públicas sociais de Estado são garantidoras quando se referem aos direitos a esses indivíduos. Nesse sentido, valem-se das Leis 11.343/2006 (Antidrogas) e 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) para problematizar como essas leis podem contribuir para garantir e dar a devida atenção integral às crianças e aos adolescentes, considerados como sujeitos de direitos na atual sociedade brasileira.

Palavras-chave: Estigma, Preconceito, Crianças e Adolescentes, Álcool e outras Drogas, Políticas Públicas sociais.

LISTA DE SIGLAS

- CEBRID** – Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas;
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social;
- CONAD** – Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas;
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social;
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- EPP** – Escola Paulista de Psicologia;
- FPA** – Fundação Perseu Abramo;
- ONU** - Organização das Nações Unidas;
- SEMAS** - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- SENAD** – Secretaria Nacional Antidrogas;
- SISNAD** – Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas;
- UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina;
- UNIFESP** – Universidade Federal de São Paulo.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
SEÇÃO I	13
1. Estigma e preconceito: conceitos preliminares para a discussão	13
1.1 Aproximações ao debate do conceito de estigma.....	13
1.2 Aproximações ao debate do conceito de preconceito	21
SEÇÃO II	24
2. O estigma e o preconceito e sua relação com o uso de álcool e outras drogas	24
2.1 A questão do estigma e do preconceito entre sujeitos que fazem uso de álcool e outras drogas.....	24
2.2 A legislação de proteção às crianças e adolescentes e os conflitos da fase	29
Seção III	36
3 Compreensão das Leis na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.	36
3.1 Considerações acerca da Lei n. 11.343/2006 – Lei Antidrogas	36
3.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n. 8.069/1990	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIA	51

INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), abordamos o tema estigma e preconceito no uso de álcool e outras drogas por parte de crianças e adolescentes. Por se tratar de um assunto tão complexo, tanto na sua essência quanto nas questões pouco elucidadas e abordadas na ótica do senso-comum e do imediatismo, pretende-se compreender o que é o estigma e o preconceito e como essas categorias se manifestam de maneira negativa, problematizando ainda mais a vida de crianças e adolescentes usuários de álcool e outras drogas.

Na impossibilidade de realizar uma pesquisa de campo exploratória, dado aos limites socialmente impostos e relativamente curto período que se despende para a realização deste estudo, procedeu-se uma análise da literatura disponível sobre o tema, ilustrando-a com dados de pesquisas já publicadas.

Assim, busca-se entender como as crianças e adolescentes são estigmatizados, esteriotipados, culpabilizados e responsabilizados pela sociedade, na maioria das vezes por não conhecer a realidade vivida por esses sujeitos. Porém, aponta-se como as políticas sociais estão sendo utilizadas para o enfrentamento da problemática.

Para entender a relação do estigma e do preconceito no uso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes, recortou-se, na literatura especializada, a incidência dessas manifestações, enquanto expressão da questão social, sob a realidade desses sujeitos na sociedade contemporânea.

O preconceito, em suma, é maior quando os usuários, ou seja, crianças e adolescentes estão inseridos em comunidades empobrecidas, onde a maioria vive em péssimas condições de vida, sem o atendimento das necessidades básicas. Com isso, a pobreza é um dos fatores determinantes para que sejam estigmatizados e culpabilizados pela situação em que se encontram. São sujeitos empobrecidos na atual conjuntura política e social do país. São desprovidos de recursos, principalmente quanto: à educação e saúde de qualidade, a uma

alimentação adequada que possa atendê-los no seu desenvolvimento, à habitação adequada, dentre outros. A falta desses recursos agrava ainda mais o estigma e o preconceito, por vezes expandindo as expressões de violência.

Quando se trata de problemas referentes ao estigma e ao preconceito na vida de crianças e adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas, a questão cerca-se da falta de políticas sociais públicas para atender os estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora, para que ela possa sair das condições presentes, passando a viver com dignidade e respeito perante a sociedade. Portanto, sem essas políticas, o Estado se exime e, com isso, afasta-se cada vez mais de sua responsabilidade, não resolvendo o problema existente, gerando, assim, os conflitos sociais expressos nas manifestações de estigma e de preconceito.

Diante de tais pontuações, pretende-se discutir e analisar a Lei Antidrogas, de 23 de agosto de 2006, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, sobre as garantias de crianças e adolescentes.

Tem-se como objetivo geral compreender como o estigma e o preconceito são categorias que interferem de forma negativa na vida desses sujeitos, na atualidade. Nos objetivos específicos, analisar como o preconceito e o estigma influenciam na vida de crianças e adolescentes; entender como essas crianças e adolescentes são vistas pela sociedade, quando se refere ao uso de álcool e outras drogas; identificar as políticas públicas sociais, como a Lei Antidrogas e o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando se refere à atenção, à proteção e à garantia integral na vida como sujeitos de direito.

Para contemplar o tema proposto, sem esgotá-lo, o presente estudo está dividido nas três seções.

Na primeira seção, analisam-se os conceitos sobre o estigma e o preconceito. Depois, amplia-se a compreensão sobre como essas questões interferem negativamente na vida de crianças e adolescentes, em relação ao uso de álcool e outras drogas. Também como o estigma e o preconceito problematizam ainda mais a vida de crianças e adolescentes na atual sociedade brasileira.

Na segunda seção, apresenta-se uma discussão sobre algumas questões no agravamento da problemática do estigma e do preconceito no uso de álcool e outras drogas, como a questão da pobreza, da precarização das condições

de trabalho e de vida, da violação de direitos e o não atendimento às necessidades básicas a crianças e adolescentes.

Na terceira e última seção, destaca-se a importância de trabalhar com a Lei Antidrogas (Lei n. 11. 343, de 2006) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 1990), sobre a efetivação e a garantia da vida dos sujeitos através dessas leis, na proteção integral de vida de crianças e adolescentes na atual conjuntura nacional.

SEÇÃO I

1. **Estigma e preconceito:** conceitos preliminares para a discussão

Nesta seção, analisa-se como o estigma e o preconceito problematizam a vida de crianças e adolescentes envolvidas no uso abusivo de álcool e outras drogas na atualidade. Por se tratar de um tema de extrema importância, propõe-se uma relevante discussão para o entendimento do tema na vida de indivíduos que enfrentam essa situação.

1.1 Aproximações ao debate do conceito de estigma

Nesta seção, analisam-se alguns conceitos fundamentais para compreender o estigma contra crianças e adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas. Busca-se, contudo, compreender como isso se desenvolve e prejudica as relações sociais que compõem o seu cotidiano.

Problematizando o assunto, Goffman (1988, p.11), em referência ao tema, apresenta o estigma como:

[...] sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor: uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada, especialmente em lugares públicos.

O estigma significa marcas, gravuras em forma de desenhos, como flores, entre outros. Além disso, sinais em forma de brasa e fogo também eram registrados nos corpos dos estigmatizados, para significar que o indivíduo era um escravo. Ou seja, isso dizia muito a respeito de como essas gravuras simbolizavam na vida social dos estigmatizados.

O estigma continua muito presente na realidade social, principalmente quando se trata da relação dos grupos focais, geracionais, identitários, dentre outros. Notadamente, acumulam-se as marcas, ou melhor, o estigma na vida de pessoas que vivem em precárias condições de vida, tornando-as vítimas do próprio sistema, que as exclui e não proporcionam dias melhores.

Além de ser algo desonroso, o estigma evidencia, além das marcas, a agressão sobre o próprio corpo do indivíduo. Portanto, além da agressão que o indivíduo vivenciava, também deixa profundas expressões negativas na vida do estigmatizado. No entanto, o estigma, além de ser uma agressão vivenciada pela vítima, também é uma maneira desclassificatória perante a sociedade.

De acordo Goffman (1988, p. 115):

As manipulações de tensão e de informação foram enfatizadas - como o indivíduo estigmatizado pode apresentar a outras pessoas um eu precário, sujeito ao insulto e ao descrédito. Mas parar aqui criaria uma visão unilateral, dando sólida realidade ao que é muito mais frágil do que aquilo. O estigmatizado e o normal são parte um do outro; se alguém se pode mostrar vulnerável, outros também o podem. Porque ao imputar identidades aos indivíduos, desacreditáveis ou não, o conjunto social mais amplo e seus habitantes, de certa forma, se comprometeram, mostrando-se como tolos.

Tradicionalmente, o que se percebe é uma relação de conflito na tentativa de desqualificar e problematizar ainda mais a vida dos sujeitos, principalmente os que sofrem constantemente, pelas normas vigentes e pela própria vulnerabilidade pelos quais se encontram.

Goffman (1988, p. 148-149) auxilia a compreender o desenvolvimento do fenômeno ao informar que:

O estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro. Entretanto, os seus atributos estigmatizadores específicos não determinam a natureza dos dois papéis, o normal e o estigmatizado, mas simplesmente a frequência com que ele desempenha cada um deles. E já que aquilo que está envolvido são os papéis em interação e não os indivíduos concretos, não deveria causar surpresa o fato de que, em muitos casos, aquele

que é estigmatizado num determinado aspecto exibe todos os preconceitos normais contra os que são estigmatizados em outro aspecto.

O estigma, além de ser considerado um registro ou mesmo uma marca na pele, em alguns casos pode ser entendido como uma agressão física. Essas pessoas são consideradas inferiores nos aspectos social e econômico. Além de caracterizar uma inferioridade, os estigmas também são formas de atribuir, ao indivíduo, maneiras de comportamentos e normas sociais.

O estigma provoca influência negativa nos aspectos físico, cultural e social. O comportamento do indivíduo sofre alterações pela forma como ele é visto pela sociedade. São significados que interferem diretamente no cotidiano do indivíduo. A manipulação do corpo, além de agredir todo o sistema por ele composto, registra por toda a vida a manifestação sofrida pelo indivíduo.

Segundo a análise de Goffman (1988, p. 11):

Na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo; o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. Além disso, houve alterações nos tipos de desgraças que causam preocupação.

Desde os tempos remotos, a marca, ou melhor, o estigma, significava e simbolizava, de certa forma, alguma coisa de mal que o indivíduo praticava sobre outrem. Era uma maneira de punição e de sofrimento na vida desses indivíduos. Os desenhos, dependendo do castigo, significavam muito na vida social daquela época.

Ser depositário de um estigma requer certa habilidade para lidar com ele, tanto no trabalho, na escola, na vizinhança, como nas diversas instâncias da vida social (MIYASHIRO; SCHILLING, 2008). No local onde o estigmatizado se encontra — nos locais de estudo, no recinto de trabalho, em outras espécies de vivência — na maioria das vezes as pessoas sente-se tão influenciadas pelo estigma que, em casos extremos, acaba se isolando por não se sentir seguro ao lidar com isso.

É preciso, contudo, ter a devida atenção sobre os fatores que podem levar ao uso de termos pejorativos e pré-conceituados, e as consequências disso aos sujeitos vitimados por tais atitudes. Esses termos prejudicam e excluem indivíduos na sua totalidade. O estigma, além de ser um problema social, é uma forma de representação que busca reduzir a importância da vida do outro, atribuindo-lhe características particulares, que o formam diferente de um padrão construído, e não aceitável socialmente.

Miyashiro e Schilling (2008, p. 248) apontam, ainda, que o estigma pode se expressar como:

Marca ou cicatriz deixada por ferida; qualquer marca ou sinal; mancha infamante e imoral na reputação de alguém; sinal infamante outrora aplicado, com ferro em brasa nos ombros ou braços de criminosos, escravos etc.: aquilo que é considerado indigno, desonroso: falta de lustre, brilho ou polimento; moral; desonra, descrédito, infâmia, demérito, descrédito, deslusto, enxovalho, infâmia, labéu, mácula, nódoa, perdição, perdimento, raiva, vergonha.

Na contemporaneidade, o estigma continua muito forte e presente na vida das pessoas, principalmente nos grupos sociais, geracionais, identitários etc. Notadamente, acumulam-se as marcas, ou seja, o estigma em pessoas que vivem em precárias condições de vida. O mesmo acontece nas famílias empobrecidas dos centros urbanos, das periferias, das zonas rurais. As marcas impostas por uma sociedade conservadora são muito visíveis sobre os indivíduos empobrecidos.

Crianças e adolescentes constantemente são vítimas de expressões de estigma e de preconceito. A situação tende a se agravar quando esses sujeitos compõem grupos e estratos marginalizados, quando são usuários de drogas, estão mendigando nos semáforos ou em tantas outras expressões da miséria humana.

Na realidade brasileira, crianças e adolescentes, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são considerados sujeitos de direito e, por isso, devem receber as garantias previstas em lei. No entanto, quando essas crianças e adolescentes são usuários de álcool e outras drogas, numa sociedade marcada pela dualidade, pela ausência de acesso aos bens socialmente produzidos, esse fenômeno parece manifestar-se de forma cruel, pois não marca somente a pele, mas também aparência social.

A adolescência corresponde a uma fase importante da vida, pois se constitui de significados carregados, associados à formação do indivíduo. O estigma remodela essa fase da vida de crianças e adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas, e, aos “olhos” da sociedade, esses sujeitos são transformados e vistos como “perigo social”.

A infância e a adolescência tem sido tratada de forma marginalizada pela sociedade atual. Não se deve esquecer que se os sujeitos vivem em lugares chamados de vulneráveis, ou mesmo em comunidades empobrecidas, nada mais é do que a expressão concreta da desigualdade que assola o país. Contudo, um dos responsáveis é o Estado, por se ausentar de seu papel de protagonista na diminuição das desigualdades sociais. Assim, a pobreza imposta e a miséria estrutural contribuem para a demarcação do estigma.

Em pesquisa de opinião pública, intitulada Drogas Lícitas e Ilícitas no Brasil: proximidade e opiniões, realizada em 2013, pela Fundação Perseu Abramo, analisaram-se, entre várias questões, a percepção sobre o uso de drogas. A síntese da pesquisa mostrou que as crianças começam a usar drogas ainda muito cedo, entre oito e doze anos, principalmente as pertencentes aos estratos de classes mais empobrecidas (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013).

A pesquisa apontou ainda que os motivos que levam uma pessoa a começar a usar drogas seriam bastante variados. Ela aponta também que a influência de amigos é o fator mais citado, por cerca de um terço da amostra (34%), juntamente com a “fraqueza de caráter” (22%) e fuga de problemas e enfrentamento de situações difíceis (18%), que colocam o problema no sujeito, ativando o entorno com pressões sociais relacionadas ao consumo (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013). Ao serem interrogados por que muitas pessoas usam drogas, as respostas foram apresentadas conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – motivos que induzem pessoas a fazerem uso de drogas



Fonte: Fundação Perseu Abramo, (2013, {s.p.}).

Fazem parte dos motivos relacionados aos problemas sociais: a composição familiar¹, mencionada por 28,6%; o fácil acesso, citado por 9,1%; a pobreza, apontada por 7,3%. Há outro conjunto de motivos, que coloca a iniciativa do uso de drogas como algo mais lúdico e experimental, típico da juventude, como: a curiosidade ou vontade de experimentar (19,9%), a busca do prazer ou para diversão (18,3%), para ficar estimulado (3,5%), ou mais tranquilo (2,9%), ou para autoconhecimento (1,2%).

O estigma pode ser considerado uma atitude desonrosa e desqualificada, além de representar maneiras de prejudicar o sujeito pela sua situação social. Por não saberem o real significado do termo, muitos o utilizam para se sentirem superiores sobre os “fracos”. Nesse sentido, tratando do uso de álcool e outras drogas pelas crianças e adolescentes, setores alienados da

¹O termo desestruturação familiar utilizado pela pesquisa da Fundação Perseu Abramo será tratado neste texto como composição familiar.

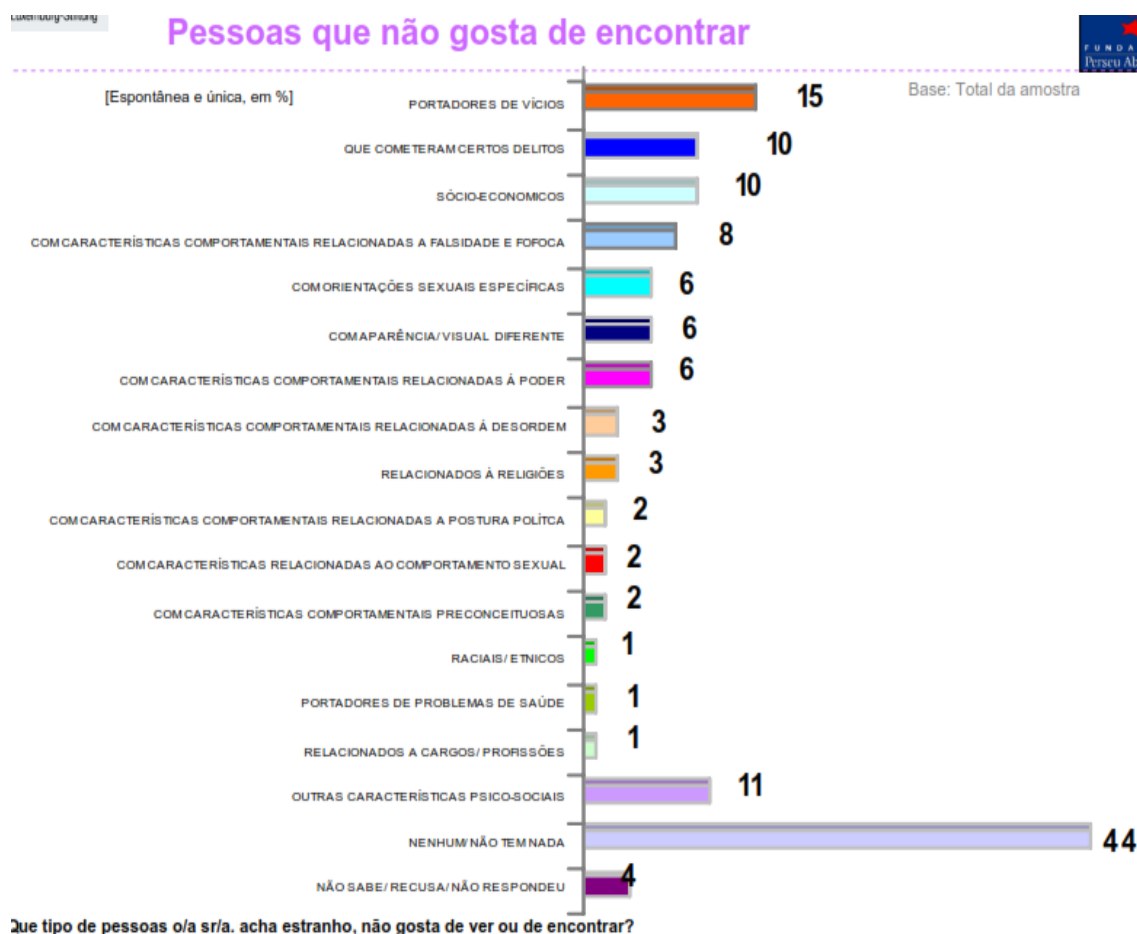
sociedade, em vez de problematizar, dar visibilidade e transparência ao problema, culpabilizam o indivíduo por sua colocação social.

Complementando as compreensões já apresentadas sobre o estigma, Noto, Ronsani e Silveira (2014, p. 9) consideram que:

O estigma é uma construção social que representa uma marca a qual atribui ao seu portador um status desvalorizado em relação aos outros membros da sociedade. Ocorre na medida em que os indivíduos são identificados com base em alguma característica indesejável que possuem e, a partir disso, são discriminados e desvalorizados pela sociedade. Esse tipo de estigma é chamado de estigma social ou público.

Outra pesquisa, realizada em 2008, {s.p.}, pela Fundação Perseu Abramo, identificou grupos sociais vítimas de intolerância. Nela, continha uma pergunta sobre que tipo de pessoa você acha estranha, não gosta de ver ou de encontrar. Nas respostas, destacam-se, em primeiro lugar, os portadores de vícios, demonstrando a intolerância social para com esse grupo, sentimento que ainda é muito presente na sociedade.

Gráfico 2 – Pessoas que não gosta de encontrar



Fonte: Fundação Perseu Abramo, (2008, {s.p.}).

Tratando-se de crianças e adolescentes envolvidos com o uso de álcool e outras drogas, o estigma é muito visível. Além do que aponta a pesquisa da Fundação Perseu Abramo sobre quem as pessoas não gostam de encontrar, referindo-se a pessoas “portadoras de vícios”, outros fatores impactam sobre a vida de indivíduos marginalizados pela pobreza e desigualdade social. São sujeitos marcados pelo estigma, culpabilizados e excluídos socialmente, tanto pelo status social quanto pela vulnerabilidade social. No entanto, em vez de o Estado fomentar políticas públicas na melhoria da educação e da saúde, e também em outros setores que possam ser contributivos no enfrentamento abusivo de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes, omite-se cada vez mais das demandas que se avolumam.

Tradicionalmente, o que se percebe é uma relação de conflito entre os marginalizados e a sociedade dita organizada, que tenta desqualificar ainda mais a vida dos sujeitos que estejam envolvidos. A capacidade de poder existente dentro de uma cultura transcende tanto para o lado positivo quanto para o negativo, dependendo das relações de conflito que possam existir na sociedade.

1.2 Aproximações ao debate do conceito de preconceito

O preconceito, por ser um assunto de difícil compreensão, vai muito além na vida dos indivíduos. Muitas vezes, quando se faz uso dessa palavra é na intenção de ferir sujeitos, principalmente quando se trata de classes minoritárias e de crianças e adolescentes que se envolvem com o uso de álcool e outras drogas.

Tanto o preconceito quanto o estigma são categorias que influenciam diretamente a vida dos indivíduos, impondo-lhes, com isso, os limites e obstáculos da vida em sociedade. São situações das mais diversificadas. São maneiras cruéis de cercear a liberdade, procurando manter a “moral” e os “bons costumes” numa sociedade conservadora.

Maria Lucia Barroco (2009, p. 2) expressa que:

O repetitivo discurso moralizante presente na mídia, em certos meios de comunicação de massa, ao incentivar direta ou indiretamente o ethos liberal burguês, a violência, a abstração, o moralismo e o conservadorismo, fortalece a descrença na política, em sua forma democrática, reforçando apelos à ordem, as medidas repressivas, a soluções morais para a crise social.

As redes de comunicação, ou melhor, os meios de comunicação de massa neste país, em grande parte, buscam reforçar a lógica da mercantilização na construção de uma sociedade mais consumidora. A grande circulação dos meios de comunicação tenta, de várias maneiras, apreender a atenção do público, utilizando, para isso, estratégias de repressão para disseminar a violência e o ódio social, aludindo estereótipos como expressão

socialmente ruim. Dessa forma, participa diretamente na formação e afirmação de preconceitos.

O estereótipo reafirma posições de desqualificação dos outros sujeitos, tanto pela indiferença quanto pela maneira “inferior” de viver. São formas de desqualificar e de inferiorizar ainda mais a vida de indivíduos. Ele dificulta a relação social, também problematiza e complexifica as mesmas relações na sua totalidade. Sendo assim, o estereótipo se manifesta em diferentes espaços na construção da sociedade.

Há casos em que somos atraídos por fatores que nos impõem as mais variadas situações que nos rodeiam. Somos constantemente motivados no sentido parcial ou imparcial aos conflitos gerados socialmente.

O preconceito associado ao estereótipo é comum, principalmente em camadas mais desprovidas de recursos e de segurança financeira. São diversas situações que levam ao caos e ao medo. O preconceito é uma das maneiras de desqualificar e de culpabilizar os sujeitos por se encontrarem numa dada situação. Muitos desses sujeitos são considerados, por boa parte da população, como indivíduos ociosos e preguiçosos, sem perspectiva de melhoria de vida. São pré-julgamentos advindos da falta de entendimento e compreensão da realidade em que muitos desses sujeitos se encontram.

Segundo Velho (2002, p. 53), “é importante assinalar que a heterogeneidade por si mesma não implica mudança permanente e automática”. As mudanças ocorrem no tempo e no espaço, pois são construções diferenciadas, geradas por conflitos sociais. Portanto, é evidente que há diferenças nas relações sociais, pois foram movidas e correspondidas por relações e interesses pessoais.

As relações sociais, de certa forma, são permeadas por conflitos, sendo de difícil compreensão, dependendo da maneira como a problemática se caracteriza. De acordo com a gravidade do comportamento dos indivíduos diante dessas relações, surgem grupos organizados que não aceitam o diferente e se comportam, muitas vezes, de maneira irracional e irresponsável. É fundamental entender que a realidade social se constitui de diversas formas e espaços relacionais onde os indivíduos se encontram e se comportam de acordo com seu estilo de vida.

Segundo Veiga-Neto 2001 apud Miyashiro e Schilling (2008, p. 247):

O incômodo emerge do fato de que esse conceito de tão amplo, abarca uma imensa massa humana dos sem-emprego, dos sem-teto, dos sem-terra, dos sem-cidadania, dos sem-educação, dos sem-saúde, dos sem-perspectivas. Acrescentamos a esses grupos aqueles que não estão enquadrados em nenhum dos grupos definidos a priori como anormais, mas vivem em uma condição que os coloca em sintonia com eles, deparando-se com as mesmas mazelas e carecendo dos mesmos direitos. A privação não só econômica, mas principalmente da atenção, da civilidade, do respeito, do exercício espontâneo e autônomo da dignidade humana parece ser uma marca constitutiva desses sujeitos.

O preconceito é uma atitude adotada para desqualificar e culpabilizar indivíduos pela situação em que estes se encontram socialmente. Assim, desmoralizando-os e impondo-lhes o repúdio e a indiferença. Há casos em que o preconceito se torna extremamente vil em comunidades pobres, onde faltam os recursos necessários à manutenção da vida e o respeito à dignidade da pessoa.

De acordo com Miyashiro e Schilling (2008, p. 249):

Na dinâmica das relações sociais, quando mantemos contato com um indivíduo, formulamos hipóteses a respeito do seu caráter, da sua conduta, das suas preferências. Tendo como base essa premissa, é possível pensar que, quando um indivíduo assume uma identidade diante de um determinado grupo social ou desempenha um papel, solicita de seus observadores que acreditem na impressão sustentada perante eles.

Os espaços em que os indivíduos se relacionam muitas vezes são espaços de exclusão e de barbárie, dependendo da classe social em que o indivíduo está inserido. Se for o caso de indivíduos que vivem na pobreza e na miséria estrutural, não há relações com os laços de amizade e respeito. Existe, ainda, a relação de conflito de um indivíduo sobre o outro. Isso ocorre majoritariamente nas sociedades em que o preconceito é mais nítido e visível. Essa relação de desigualdade se caracteriza, também, numa relação de conflito gerado e produzido pelo próprio sistema que os impõe.

SEÇÃO II

2. O estigma e o preconceito e sua relação com o uso de álcool e outras drogas

Nesta seção, analisamos como o preconceito se faz tão presente na sociedade contemporânea, perpassando a lógica da problematização na vida de crianças e adolescentes no uso de álcool e outras drogas.

2.1 A questão do estigma e do preconceito entre sujeitos que fazem uso de álcool e outras drogas.

Esta seção apresenta uma discussão com algumas questões que agravam a problemática sobre o estigma e o preconceito no uso de álcool e outras drogas, por crianças e adolescentes, agravada e precarizada pelas péssimas condições de vida e de trabalho, na violação de direitos e do não atendimento das necessidades básicas dos sujeitos e de suas famílias.

Segundo Paugan 1999 apud Silva (2010, p.156):

A categoria pobreza é utilizada para designar processos que alcançam camadas da população, em razão de mudanças que produzem acúmulo progressivo de dificuldades, decorrentes principalmente do desemprego prolongado e da precarização do trabalho. Trata-se de um processo que desfaz os vínculos sociais, sendo proposto pelo autor o conceito de “desqualificação social” para complementar uma compreensão mais adequada do que vem sendo denominado de exclusão social.

A questão da pobreza, como categoria que influencia de forma direta e negativa a vida de milhares de pessoas, em alguns casos agrava ainda mais a situação de crianças e adolescentes, pela forma como vivem, como acessam ou não os bens e serviços públicos. A pobreza é um fenômeno recorrente numa sociedade como a brasileira, em que sujeitos vivem majoritariamente em comunidades e nas periferias das grandes cidades, sendo considerados como

“preguiçosos e perigosos”. No entanto, esses traços são potencializados por meio do estigma e preconceito, conforme tratado na seção anteriores, criando um *apartheid* social, agravando, assim, a situação e culpabilizando-os por sua situação. Esses segmentos sociais são considerados desqualificados, nos termos de Paugan. Há, ainda, a construção do ideário dos “desajustados”, como aqueles que não conseguem ter uma vida melhor porque não são capazes de se desprender do conformismo, segundo os paradigmas de teor liberal que impregnam a sociedade.

Mesmo com a história recente da sociedade brasileira, de consolidação das liberdades políticas, com as experiências dos novos sujeitos sociais que inserem na agenda pública valores e práticas vinculadas à defesa dos “direitos civis, com o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, com o respeito à diversidade e a construção de um padrão de cidadania” (CFESS, 1993, P. 215), pouco desses preceitos acima referidos se consolidaram e se generalizaram no tecido social.

Ao nos reportarmos à atual conjuntura do país, em que os aspectos políticos, econômicos e sociais são fatores que interferem diretamente na vida do cidadão, percebe-se que o Estado atua como articulador nas decisões da vida da população. Contudo, se omite em não implantar ou implantar residualmente, políticas públicas no atendimento da população, que é composta por famílias, jovens, crianças e adolescentes que esperam mais atenção, devido às condições de vida deploráveis em que se encontram.

Segundo Chauí 2000 apud Barroco (2011, p. 208):

A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe. Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira, a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal – veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação – falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia.

Na história do país, a ideologia dominante sempre esteve presente nas decisões sobre a vida política e social da população, contribuindo, com isso, para a

construção de uma pseudocidadania, carente de ações que pudessem garantir melhores condições de vida ao conjunto da população e garantir serviços sociais elementares. Esse fenômeno se expressa em todas as políticas sociais, mesmo naquelas que avançaram após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Um conjunto de expressões da questão social permanece subsumida à própria sorte dos indivíduos, como é o caso de crianças e adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas.

Considerando-se que o uso de drogas pode assumir um conjunto muito diverso de manifestações, nesse sentido Catarino (1999, p. 71) nos ajuda a compreender:

O uso de drogas, durante a adolescência, pode ser, portanto, uma maneira de expressar a crise, o mal-estar de numerosos adolescentes. Pode também, muitas vezes, refletir como um espelho, um mal-estar maior, o de nossa sociedade. Observamos que a família, à escola, as instituições sociais e a sociedade em geral têm tido, para com o adolescente, um relacionamento impregnado de violência.

Quando crianças e adolescentes fazem uso de álcool e outras drogas, prejudicam sua formação na sociedade, além disso ser um problema também pessoal. Apesar dos conflitos, a problemática é vista na vida social como sendo de responsabilidade dos indivíduos que notoriamente são considerados perigosos e, portanto, merecem que o rigor punitivo da lei seja aplicado.

De acordo com Lima e Paula (2004, p. 92), “florescem explicações simplificadoras e reducionistas que, em nome de respostas difusas, ‘espetaculosas’ e imediatistas, apenas despertam os sentimentos de medo e de insegurança da população”.

Segundo Mattos e Silva (2004, p. 43):

O fato é que as mudanças socioeconômicas do mundo atual alteraram as exigências frente aos adolescentes. Para se iniciarem na vida adulta, sempre lhes foi exigido apenas que tivessem condições de ter rendimentos próprios e meios psicológicos de estabelecer vínculos afetivos estáveis para constituir uma família.

Na sociedade contemporânea, com a precarização no mundo do trabalho e com a escassez de recursos socialmente produzidos, crianças e adolescentes começam muito cedo a vida laboral, na busca de suprir suas necessidades e de suas famílias. Onde as relações sociais são conflituosas, indivíduos, principalmente crianças e adolescentes, assumem um papel como agentes responsáveis pelo sustento e garantia da vida.

Segundo Noto (2004, p. 45-46):

Atualmente, os adolescentes representam, sem dúvida, a população mais estudada em relação ao uso de drogas. Nas últimas décadas, foram realizados inúmeros levantamentos epidemiológicos sobre drogas com jovens, especialmente entre estudantes. Esses estudos, elaborados por diferentes instituições, têm contribuído significativamente para a avaliação de realidades específicas e regionalizadas. No entanto, quando se trata da avaliação do contexto brasileiro, os estudos mais abrangentes ainda são os realizados pelo Centro Brasileiro de Estudos sobre Drogas e Entorpecentes (CEBRID).

Sobre esse tema, Gonçalves 1998 apud Alves; Barroso e Cavalcante (2008, p. 557) apresenta:

Droga é toda substância que, ao ser introduzida, inalada, ingerida ou injetada, provoca alterações no funcionamento do organismo, modificando suas funções. Há um grupo de drogas que possui a capacidade de atuar no psiquismo, as denominadas psicotrópicas, que provocam alterações do humor, percepção, sensações de prazer e euforia, alívio, medo, dor etc. É particularmente a esse grupo que se refere ao utilizar o termo droga.

Em pesquisa realizada no ano 2013, pelo Centro Brasileiro de Estudos de Drogas e Entorpecentes (CEBRID), juntamente com a Escola Paulista de Psicologia (EPP), do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), procedeu-se um levantamento nacional sobre uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua, nas 27 capitais brasileiras. De acordo com a referida pesquisa, na cidade de Florianópolis analisou-se um conjunto de informações que auxiliaram na compreensão do fenômeno do consumo.

A pesquisa faz menção a diversas drogas e seu uso no mês. O tabaco foi a droga com os maiores índices de uso no mês (e em frequência diária), seguido pelas bebidas alcoólicas (especialmente a cerveja). Em relação aos solventes, foram relativamente poucos os relatos de uso (apenas dois casos de uso no mês). O uso recente de maconha foi mencionado por cinco entrevistados (três com uso diário) e o de derivados da coca foram dois casos (um uso diário), sendo que um deles relatou uso de crack (no mês). Não foi relatado consumo recente de medicamentos psicotrópicos (CEBRID, 2013).

A relação completa pode ser verificada com as informações apresentadas nas Tabelas 2 e 3, que demonstram o percentual do uso de álcool e outras drogas por mês e também no ano.

Tabela 2: Uso de cada categoria de drogas psicotrópicas entre 18 crianças e adolescentes em situação de rua entrevistados em Florianópolis.

Drogas psicotrópicas	Uso no ano*		Uso no mês**	
	Número	%	Número	%
Tabaco	9	50,0	8	44,4
Álcool	8	44,4	5	27,8
Cerveja	8	44,4	5	27,8
Vinho	3	16,7	3	16,7
Pinga	0	0	0	0
Outra bebida	1	5,6	1	5,6
Solventes	2	11,1	2	11,1
Cola	2	11,1	1	5,6
Esmalte	0	11,1	1	5,6
Loló	0	0	0	0
Lança-perfume	2	11,1	2	11,1
Thinner	2	11,1	0	0
Benzina	1	5,6	0	0
Outros solventes	0	0	0	0
Maconha	5	27,8	5	27,8
Cocaína derivados	3	16,7	2	11,1
Cocaína cheirada	2	11,1	1	5,5
Cocaína injetada	0	0	0	0
Merla	0	0	0	0
Crack	2	11,1	1	5,6
Outra droga derivada da coca	0	0	0	0
Medicamentos	0	0	0	0
Rohypnol	0	0	0	0
Artane	0	0	0	0
Benflogin	0	0	0	0
Chá	0	0	0	0
Outras	1	5,6	1	5,6

*uso no ano: ao menos uma vez no ano que antecedeu a pesquisa

**uso no mês: ao menos uma vez no mês que antecedeu a pesquisa

Fonte: CEBRID, 2013

Tabela 3: Frequência do uso de drogas psicotrópicas no mês que antecedeu a pesquisa entre 18 crianças e adolescentes em situação de rua entrevistados em Florianópolis.

	“Quase todos os dias” (20 ou mais dias)*		“Alguns dias” (4 a 19 dias)**		“Poucos dias” (1 a 3 dias)***	
	N	%	N	%	N	%
Tabaco	6	33,3	2	11,1	0	0
Álcool	1	5,6	2	11,1	2	11,1
Solventes	0	0	2	11,1	2	11,1
Maconha	3	16,7	1	5,6	1	5,6
Cocaína e derivados	1	5,6	1	5,6	0	0
Medicamentos	0	0	0	0	0	0
Chá	0	0	0	0	0	0
Outras	0	0	1	5,6	0	0

*uso diário: cerca de 20 ou mais dias no mês que antecedeu a pesquisa (uso pesado)

**uso semanal: cerca de 4 a 19 dias no mês que antecedeu a pesquisa (uso moderado)

***uso mensal: cerca de 1 a 3 dias no mês que antecedeu a pesquisa (uso leve).

Fonte: CEBRID, 2013

2.2 A legislação de proteção às crianças e adolescentes e os conflitos da fase

As leis regem a proteção e a garantia de vida de crianças e adolescentes que estejam sofrendo ameaças na atualidade. Essas Leis regem e preconizam o respeito e a dignidade desses sujeitos, principalmente quando se referem às fases de desenvolvimento da vida, compreendida entre os primeiros anos de vida e o início da fase adulta. São sujeitos que necessitam viver longe de problemas para que tenham a garantia de um desenvolvimento integral que lhes proporcione um futuro digno. Para tanto, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem a finalidade de assegurar os direitos mínimos das pessoas compreendidas nessa faixa etária.

De acordo com o Cebriid (2003, p. 28):

O Estatuto da Criança e do Adolescente, foi criado no Brasil em 1990. Ele nasceu da necessidade de leis especiais que garantissem proteção às crianças e aos adolescentes e teve origem na Declaração Universal dos Direitos da Criança, assinada na Assembleia Geral da ONU em 1959. Essa Declaração foi sendo atualizada ao longo dos anos. A última revisão aconteceu em 1989, servindo de base para o estatuto brasileiro, que virou Lei Federal em

1990 (Lei Fed. 8069/90). O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Considera dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, para todas as crianças e adolescentes do Brasil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) legitimou a garantia à proteção integral, à liberdade, à convivência familiar, bem como é uma política voltada ao respeito e à dignidade desses sujeitos, também para que possam viver com justiça e ter os direitos respeitos na sua totalidade. A adolescência significa uma fase importante, pois cria um embasamento para uma vida familiar.

A família deve ter um papel importante na vida de crianças e adolescentes, para que eles possam viver com garantia e respeito. Os laços familiares ajudam a construir sujeitos capazes. Portanto, é através do amparo da família que jovens, principalmente crianças e adolescentes, podem viver protegidos e ficam longe dos perigos que os rodeiam. Em outras situações, cabe ao Estado prover amparo a esses cidadãos.

Segundo Alves, Barroso e Cavalcante (2008, p. 556):

A adolescência é um período crítico na vida de cada indivíduo, pois nessa fase o jovem vivencia descobertas significativas e afirma a personalidade e a individualidade. Caracterizar a adolescência somente como faixa etária seria uma maneira muito simplista de observá-la, uma vez que ela compreende a transformação do jovem até a idade adulta, não apenas sob o ponto de vista biológico, mas também social e, principalmente, psicológico.

Quando começam a ter contato com a vida além da família, crianças e adolescentes oriundos dos estratos mais empobrecidos da sociedade são sujeitos vulneráveis e precarizados pelos problemas sociais, reforçando o estigma e o preconceito. Contudo, a adolescência significa a fase de descoberta na vida social. Com isso, é um momento importante para o autoconhecimento e para ter seu desenvolvimento garantido em suas demandas básicas.

Conforme Lopes (2010, p. 11)

A proteção especial a criança e ao adolescente, a Constituição Federal, que dá especial atenção a esse grupo, com uma série de proteções e garantias que lhes conferem “prioridade absoluta”. As principais peças jurídicas sobre a proteção de crianças e adolescentes são a própria Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990). Ambas adotam o conceito da proteção integral, em consonância com a Convenção sobre o Direito da Criança, aprovada pelas Nações Unidas em 1990. O art. 227 da Constituição estabelece que:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência.

Análise realizada por Castro *et al.* (2001, p. 63), em relação às condições objetivas de vida de crianças e adolescentes, afirma que:

A percepção sobre determinados bairros, como violentos, leva a exclusões imediatas, fechando também as possibilidades de trabalho. A distinção entre ser honesto ou marginal é simplificada e está relacionada ao local de moradia, de maneira que uma sociedade excludente classifica como “marginais” os pobres.

Nas comunidades empobrecidas, onde indivíduos vivem com falta de segurança e de emprego, a sociedade continua mantendo o papel burocrático na lógica em punir os indivíduos pela situação em que vivem. São pressupostos que problematizam e culpabilizam os indivíduos pela própria precariedade encontrada nesses locais. Além de tudo, quando se refere aos locais de moradia, chamados vulneráveis, o agravante disso pode ser considerado com a própria precarização de vítima que os sujeitos passam.

De acordo com Alves, Barroso e Cavalcante (2008, p.556):

Justamente nesse período, em que o grupo de amigos atinge importância social principal, os conflitos familiares atingem o pico, fazendo com que os pais percam um pouco do seu poder de controle sobre os filhos, que buscam a imagem de adulto independente no grupo de amigos no qual estão inseridos, o que é uma tendência natural dos adolescentes. É principalmente nesse período de crise que as drogas entram em suas vidas.

O envolvimento de crianças e adolescentes com o uso de álcool e outras drogas acaba gerando conflitos no seio familiar, tendendo sempre ao agravamento da situação, especialmente com “fuga” de casa. Quando crianças e adolescentes saem de casa e procuram as ruas, além de ser um momento

difícil de ser compreendido, tanto por eles como pelas famílias, muito se diz respeito pela própria vulnerabilidade que os sujeitos encontram na atualidade. Nessas circunstâncias, envolvem-se com outros tipos de problemas, como o álcool e outras drogas, levando aos conflitos sociais.

Segundo Velho (1997, p. 61):

Os debates sobre as drogas estão hoje tão permeados por um clima altamente emocional, às vezes mesmo truculento. Essa é uma razão fundamental para que tentemos discutir e examinar a questão do uso das drogas através de perspectivas variadas e procurando, através do diálogo civilizado, chegar a algum tipo de esclarecimento mais racional sobre a questão, que é extremamente complexa, que envolve diversas variáveis e que normalmente – nas discussões que se travam sobretudo na imprensa - tendem a desaparecer e produzir debates maniqueístas, polarizações que em nada ajudam a uma compreensão mais complexa desse conjunto de fenômenos.

Referindo-se a crianças e adolescentes que fazem o uso de álcool e outras drogas, considera-se que isso é um tabu na vida social. A sociedade brasileira, além de conservadora, busca maquiar a problemática em relação às drogas na vida desses sujeitos. Além disso, os meios de comunicação de massa – a mídia - distorcem as informações, buscando com isso culpabilizar esses sujeitos pelo uso de álcool e outras drogas.

De acordo com Mota (2005, p.1)

A propósito, o que é uma droga? A etimologia da palavra é controversa, mas a versão mais provável é a holandesa (*droog* = seco) e refere-se aos carregamentos de peixe seco que chegavam à Europa em más condições para o consumo. Dessa forma, a palavra “droga” já denota a ideia de uma coisa ruim, ou seja, de peixe estragado. No entanto, sob a perspectiva farmacológica, uma droga pode ser tanto um remédio para dor de cabeça, como uma xícara de café.

Fazendo alusão sobre drogas, muito diz respeito como isso é visto e discutido na sociedade. Por isso, como já denota a etimologia da palavra, droga pode ser algo bom ou ruim, dependendo de como ela é classificada socialmente. No entanto, a droga já faz parte da sociedade desde os tempos antigos e, na contemporaneidade, continua muito presente na vida social.

Conforme a análise da Senad (2013, p. 19):

Droga não é por si só boa ou má. Algumas substâncias são usadas com a finalidade de promover efeitos benéficos, como o tratamento

de doenças, e são consideradas medicamentos. Existem, todavia, substâncias que provocam malefício à saúde, os venenos ou tóxicos. É interessante que a mesma substância pode funcionar como medicamento em certas situações e como tóxico em outras.

A exposição de crianças e adolescentes ao consumo de álcool e outras drogas intensifica os riscos sociais e interfere diretamente na vida desses sujeitos e de suas famílias. Isso, além de ser um perigo na vida desses sujeitos, também interfere no aspecto social. São crianças e adolescentes que, em casos extremos, vivem relações de difícil compreensão e entendimento na sociedade contemporânea, em que por trás disso tudo existe uma potente indústria das drogas, com grande interesse financeiro.

Além de todos os problemas da modernidade, os conflitos gerados dentro da sociedade pelo fato de crianças e adolescentes se envolverem com o álcool e outras drogas trazem reflexos à sua própria vida e ao mundo do trabalho, no social e no familiar.

De acordo com Sposati apud SILVA (2010, p. 157):

No Brasil, o que se tem é um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade; que nunca teve inserção no trabalho formal nem participou da sociabilidade ordinária. Não ser incluído é uma condição estrutural que tem marcado gerações após gerações. Falar de exclusão social no Brasil seria admitir uma “perda virtual de uma condição nunca alcançada”.

Diante do mundo do trabalho e da participação da sociedade em relação aos bens socialmente produzidos, é oportuno referenciar uma sociedade como a brasileira em que os princípios fundamentais de garantia da vida continuam muito distantes da realidade de muitos cidadãos. São sujeitos inseridos na informalidade e desprovidos do acesso à riqueza produzida socialmente.

De acordo com Castro *et al* (2001, p. 69), “não há um tipo único de jovem. Os jovens da periferia apresentam descontentamento por sua posição periférica na estrutura social, agravada circunstancialmente de forma violenta, e buscam reconhecimento e valorização como cidadãos”. Sendo jovens, crianças e adolescentes, mesmo morando nas comunidades pobres, a grande maioria sente-se culpada pela situação em que vivem. Ainda em referência à vida social, os indivíduos oriundos de comunidades empobrecidas da nossa

sociedade buscam se legitimar numa sociedade que possa compreendê-los, para que, com isso, possam ser sujeitos na garantia de uma vida melhor dentro das relações sociais.

Como mediador dos conflitos sociais e ator para implantar políticas sociais públicas, o Estado deveria assumir seu papel como protagonista na luta sobre o álcool e outras drogas, através de campanhas esclarecedoras sobre seus malefícios. Também possibilitando o acesso dos sujeitos que já se encontram sob a dependência de álcool e outras drogas a serviços voltados à recuperação desses sujeitos, encaminhando-os a centros de recuperação.

De acordo com Velho (1997, p. 67), “na sociedade complexa moderno-contemporânea também se pôde identificar, durante algum tempo, grupos que utilizavam drogas sem que isso significasse um grande tumulto na vida social”. O autor segue ao afirmar que:

A questão da discriminação do uso de drogas tem sido colocada de modo enfático por vários atores e movimentos sociais. Sem dúvida, ter-se-á que discutir também, em profundidade, os limites da legalização propriamente dita, com o mínimo de preconceitos, mas evitando soluções simples e lineares. Trata-se de fenômeno complexo que exige análises e políticas mais sofisticadas do que as que até hoje têm sido concebidas.

A questão sobre a discriminação vai além da problemática que afeta a vida de crianças e adolescentes na relação com o uso de álcool e outras drogas. Sendo assim, o problema das drogas deve ser entendido pela sociedade, buscando compreender a realidade na vida desses sujeitos. A droga, além de ser um termo muito pouco discutido, problematiza a atual conjuntura nacional. Porém, a compreensão da sociedade em lidar com esse assunto na vida dessas crianças e adolescentes, é necessário para que eles possam ter uma vida de respeito e de igualdade e reverter o quadro.

Segundo Freud apud Crochík (1996, p. 60-61):

[...] a sociedade tende a tornar-se autônoma em relação aos homens, ou seja, pode prescindir deles para o seu funcionamento reprodutivo, aos homens não resta outra alternativa para atenuar o seu sofrimento, as suas carências, que se voltar para si, afastando-se dos outros. Se não encontram amparo nas relações sociais, devem apropriá-las para si conforme as suas necessidades. Devem atuar como um ser social que no fundo despreza essa sua característica. A

sociedade que deveria poder, através do trabalho, mitigar o sofrimento humano, torna-se adversária do indivíduo.

Diante das dificuldades de relacionamento no mundo social, homens, em sua maior parte, tentam de qualquer maneira garantir sua própria sobrevivência diante das dificuldades da vida econômica. São sujeitos que buscam garantir seu emprego para o sustento de uma vida melhor. Que estão diante dos fatos que ocorrem nas relações sociais, que se busca melhores condições de vida, numa sociedade dividida e fragmentada.

Seção III

3 Compreensão das Leis na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Nesta seção, analisamos como a Lei Antidrogas n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, e o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, atuam na garantia da proteção integral às crianças e adolescentes, sendo sujeitos de direito. É de fundamental interesse discutir como esses instrumentos legais são eficazes tanto na proteção quanto na garantia de direitos na vida de crianças e adolescentes, na problemática em relação ao uso de álcool e outras drogas na atual sociedade brasileira.

3.1 Considerações acerca da Lei n. 11.343/2006 – Lei Antidrogas

Conforme análise de Marfan (2013, [s.p]):

O termo droga, diferentemente de entorpecente, não traz em si o caráter de ilicitude, mas como substância que, assim como o álcool, o cigarro e diversos medicamentos psicotrópicos vendidos em farmácias, podem levar à dependência. É importante também salientar esses significados porque, em diversas ocasiões, são atribuídos conceitos diferentes para o álcool e para as outras substâncias como lícitas e ilícitas.

A Lei n. 11.343/06 passa a adotar uma terminologia diversa da usada na Lei n. 6.368/1976 e Lei n. 10.409/2002, substituindo “substância entorpecente” por “droga”. Em relação ao conceito proposto no parágrafo único do art. primeiro da Lei n. 11.343/06, drogas são “[...] as substâncias ou produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União” (BRASIL, 2006).

Segundo Marfan (2013, [s.p]):

No ano de 2006, entrou em vigor no Brasil uma nova legislação que, dentre outras medidas, prescreve ações de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e de dependentes de drogas lícitas e ilícitas. Tendo como base o princípio de que as políticas e as legislações brasileiras deveriam estar livres de elementos preconceituosos e de terminologias estereotipadas, o presente estudo, baseado em métodos utilizados em pesquisas qualitativas, faz uma análise do discurso presente na nova Lei de Drogas (n. 11.343/2006) no sentido de também se constatar se seus artigos estão em consonância com as orientações pressupostas pela Política Nacional sobre Drogas de 2005. Outro importante resultado desta análise se refere ao fato de que a Lei ainda não dispõe de critérios específicos para os diferentes tipos de padrão de consumo, e, portanto, ainda não distingue com clareza usuários e dependentes de drogas.

A autora refere-se ao momento em que a Lei n. 11.343/06 entrou em vigor, modificando conceitos em relação às drogas e seu uso indevido, bem como as iniciativas que constituem a prevenção, atenção e inserção de usuários e dependentes de drogas lícitas e ilícitas no contexto social. Ainda em suas observações quanto à referida Lei, destaca não haver uma definição específica, ou seja, um conceito entre a definição do que seriam usuários e dependentes de drogas.

Em sua redação, tal legislação destaca ações relacionadas à prevenção quanto ao uso indevido de drogas e a relação dos usuários com elas. A Lei propõe, ainda, que termos pejorativos, como a estigmatização e preconceitos, possam ser superados para não problematizar ainda mais a vida dos indivíduos. Vale lembrar que a Lei Antidrogas ainda não dispõe de critérios para definir quais são os tipos de drogas e a maneira como elas podem interferir na vida dos usuários.

O Art. 1º da Lei Antidrogas, também conhecida como Lei de Tóxicos, dita medidas identificadas com a prevenção e atenção, quanto ao uso de drogas, a reinserção social, a produção não autorizada e o combate ao tráfico ilegal de drogas. Traz a seguinte redação:

Art. 1º - Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção, reinserção social de usuários dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes (BRASIL, 2006, p. 28).

Parágrafo único: Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas

periodicamente pelo Poder Executivo da União (BRASIL, 2006, p. 28).

Como política antidrogas, a finalidade do SISNAD é de coordenar, articular, integrar e organizar as políticas que se referem à prevenção do uso indevido, à reinserção do usuário e dependente, à repressão da produção não autorizada e tráfico ilícito de drogas. Enfim, tem sua gênese ligada à defesa dos direitos fundamentais da pessoa, com ênfase nos problemas que recaem sobre a vida dos usuários.

A Lei Antidrogas, em seu artigo 3º, destaca:

Art. 3º – O SISNAD tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar atividades relacionadas em:

I – a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social dos usuários e dependentes de drogas;

II – a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas (BRASIL, 2006, p. 29).

O SISNAD tem como finalidade a política de prevenção ao uso de drogas, tendo como papel o protagonismo na articulação quando da prevenção e reinserção dos usuários na vida social, seu comprometimento quanto ao que vem sendo feito e o que deveria ser feito para dar atenção à problemática que se instalou no país.

Em seu artigo 4º, a Lei n. 11.343/06 destaca os princípios do SISNAD:

Art. 4º – São princípios do SISNAD:

I – o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade;

II – o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes;

III – a promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados;

IV – a promoção de consensos nacionais, de ampla participação social, para o estabelecimento dos fundamentos e estratégias do SISNAD;

V – a promoção da responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade; reconhecendo a importância da participação social nas atividades do SISNAD;

VIII – a articulação com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do SISNAD (BRASIL, 2006, p. 29).

Os princípios do SISNAD referem-se ao respeito à pessoa, à dignidade e aos valores fundamentais da cidadania. Como política pública sobre o consumo de drogas, o SISNAD tem como papel o atendimento aos usuários que estejam enfrentando essa problemática.

Os objetivos do SISNAD estão relacionados no artigo 5º, Incisos I, II, III e IV da Lei Antidrogas:

Art. 5 – O SISNAD tem os seguintes objetivos:

I – contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados;

II – promover a construção e a socialização do conhecimento sobre drogas no país;

III – promover a integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção a reinserção social de usuários de dependentes de drogas e a repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios;

IV – assegurar as condições para a coordenação, a integração e a articulação das atividades de que trata o art. 3º desta Lei (BRASIL, 2006, p. 29-30).

Assim, o SISNAD tem objetivos com a inclusão social dos cidadãos, como ação que busca afastá-los do risco do convívio, do uso indevido e do tráfico de drogas, bem como de comportamentos a eles relacionados: a promoção do conhecimento socializado sobre drogas, a interação entre as políticas de prevenção, atenção à inserção social dos usuários e dependentes; a repressão ao tráfico e produção não autorizada, entendendo a sua política de prevenção e integração às esferas do Poder Executivo: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

As atividades do SISNAD estão descritas na Lei n. 11.343/06, em seus artigos 18 e 19, Incisos I, II, III, IV, VII, VIII, X e XI, combinados com seu parágrafo primeiro:

Art. 18 – Constituem atividades de prevenção do uso indevido de drogas, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção (BRASIL, 2006, p. 31).

As atividades do SISNAD relacionadas à prevenção estão descritas no artigo 18 da Lei Antidrogas, que, sob os efeitos da lei, direciona sua atenção quanto à redução dos fatores de risco e vulnerabilidade, com destaque à

proteção e ao fortalecimento das políticas públicas correlacionadas, como preconiza o artigo a seguir.

Art. 19 – As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

I – o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence;

II – a adoção de conceitos objetivos e de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendam;

III – o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas;

IV – o compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias;

VII – o tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas;

VIII – a articulação entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares;

X – o estabelecimento de políticas de formação continuada na área de prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino;

XI – a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privada, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas (BRASIL, 2006, p. 31).

Parágrafo Único: As atividades de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à criança e ao adolescente deverão estar em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (BRASIL, 2006, p. 31).

No que tange às atividades de prevenção, o artigo 19º da Lei n. 11.343/06 observa os seguintes princípios e diretrizes: o reconhecimento do uso indevido da droga e preconiza a qualidade de vida no contexto social à que pertence; a adoção de conceitos, orientação das ações e serviços públicos, da comunidade e sociedade organizada, evitando-se estigmas e preconceitos relacionados aos profissionais e serviços direcionados à atenção dos indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade; fortalecer a autonomia e responsabilidade na relação do indivíduo e o uso indevido de drogas; compartilhar responsabilidades e colaborar com as instituições privadas e demais segmentos sociais, por meio de parcerias estabelecidas, na busca da inclusão de dependentes de drogas e suas respectivas famílias; tratar de forma especial sujeitos em situação de vulnerabilidade dentro da comunidade,

considerando suas necessidades específicas; articular e organizar os serviços de prevenção no uso de drogas e a rede de atenção destinada aos usuários dependentes e seus familiares; estabelecer políticas de formação continuada aos profissionais da educação nos três níveis de ensino, tanto no público quanto no particular; implantar projetos pedagógicos nas instituições de ensino (público e privado), de prevenção em relação ao uso de drogas em conjunto com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com ênfase aos conhecimentos que relacionam o consumo de drogas lícitas e ilícitas.

Esse mesmo artigo, em seu parágrafo primeiro, destaca que as atividades de prevenção ao uso indevido de drogas identificado com crianças e adolescentes deverá, por força dessa Lei, estar em conformidade com as diretrizes instituídas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Conforme esclarece Gomes *apud* Juliano (2009, p. 14):

A idéia fundamental do novo tratamento legislativo e judicial exige, para sua efetividade, um tratamento diferenciado entre o usuário/dependente e o traficante, objetos de tutela judicial diversos. Consolida este modelo não só a separação processual, mas é essencial que os destinatários de cada modelo sejam processados em unidades jurisdicionais diferentes, como previsto no sistema geral da nova Lei: Juizado Especial para usuários/dependentes e justiça comum para traficantes. As varas especializadas para o julgamento de crimes que envolvam drogas certamente serão fundamentais para a repressão, no contexto do modelo retributivo, porém representarão sensível retrocesso se passarem a acumular em um mesmo ambiente jurisdicional, atividades preventivas de cunho terapêutico, baseadas no modelo sistêmico restaurativo que é voltado ao acolhimento, à prevenção da reincidência, à atenção e reinserção social dos usuários e dependentes de drogas.

O tratamento diferenciado aplicado pela justiça, quando se diz respeito ao uso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes, perpassa toda a lógica na relação conflituosa que existe na vida desses sujeitos, na atual sociedade brasileira. A maneira como crianças e adolescentes são tratados nessa situação pode ser compreendida e entendida no âmbito das políticas sociais públicas como sujeitos de direitos. No entendimento legal, o que se julga retrocesso seria deixar em um mesmo ambiente os sujeitos infratores, em atividades preventivas no âmbito terapêutico, convivendo com traficantes.

Da competência e da composição do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD):

Art. 4º compete ao CONAD, na qualidade de órgão superior do SISNAD:

I – acompanhar e atualizar a política nacional sobre drogas consolidada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD. (BRASIL, 2006).

A forma como os usuários de álcool e outras drogas são representados na Lei Antidrogas (Lei de Tóxicos), por meio das análises interpretativas relatadas, apontam para sentidos estereotipados a este específico grupo social de usuários. Como essa Lei é resultado de um trabalho que traz em seu bojo um suposto atendimento ao bem coletivo e, no caso brasileiro, isso se ampara nos documentos que possibilitam os chamados direitos humanos fundamentais, é necessário um trabalho minucioso identificado com a proteção — usuário: crianças e adolescentes — para que não haja interpretações que reforcem os preconceitos que muito já influenciam os processos sociais existentes, seja na forma de pensar, seja na maneira de agir.

Segundo Vargas (2005, p. 593-594):

É que, no contexto histórico de 'guerra contra as drogas', oficialmente decretada como tal nos anos de 1980, a repressão à produção ao tráfico e ao uso de drogas alcançou uma escala sem precedentes no mundo moderno (o que não tem impedido, diga-se de passagem, o crescimento do uso e do tráfico de drogas, bem como dos problemas a eles associados). Todavia, destaca a magnitude dos expedientes repressivos, se explicita uma parte do problema, obscurece outras. Um dos principais inconvenientes do destaque dos expedientes repressivos diz respeito à impressão corrente de que as relações que sociedades como as nossas entretêm com as drogas são, univocamente, de rejeição. Outro inconveniente refere-se ao ofuscamento das fontes sobre as quais os expedientes repressivos (e também os preventivos) buscam se legitimar, a saber, aquelas constituídas pelos saberes biomédicos.

Referindo-se novamente ao consumo de drogas, é necessário ter a consciência e o entendimento que esta situação traz na vida das pessoas que fazem uso, principalmente quando se refere a crianças e adolescentes envolvidos, no convívio do usuário, e como essa realidade influencia significativamente seu desenvolvimento. Essa realidade toma proporções

alarmantes quanto à sua gravidade e resultado nefastos para a vida de quem faz uso de algum tipo de droga. Isso se estende desde a perda de referência até o grau de preconceito que está presente em nossa sociedade.

O que é presenciado em nossa sociedade não é o que estritamente propõe a Lei n. 11.343/06, pois muito do que se pretende realizar, amparados da mesma Lei, esbarra na sua total regulamentação, na dependência da boa vontade dos administradores do Poder Executivo e da estrutura das instituições responsáveis pela orientação, prevenção e proteção do indivíduo usuário, dependente do uso indevido de álcool e outras drogas e de seus familiares, bem como da integração de políticas sociais públicas capazes de fortalecer e apresentar propostas efetivas no controle e atenção relacionada às situações de risco e vulnerabilidade em que se encontram crianças e adolescentes, no seu grupo de convívio direto e na comunidade.

De acordo com tudo o que foi exposto, convém observar que, em algum momento da efetiva aplicação da Lei Antidrogas, algo parece estar sendo negligenciado, pois a realidade tem demonstrado o crescente envolvimento de crianças e adolescentes no uso de álcool e outras drogas.

3.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n. 8.069/1990

Desde a Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã, muitos foram os avanços e, sobremaneira, configuraram-se os direitos fundamentais da pessoa. Em seu artigo 227 destaca:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, adolescentes e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária, além de colocá-la à salvo de toda a forma de negligência e discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Grifos nossos).

Assim, cabe registrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um resgate da confirmação dos direitos fundamentais e universais expressos em nossa Constituição.

O que a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, preconiza é a garantia da proteção integral das crianças e dos adolescentes. A referida Lei diz que: crianças são consideradas as pessoas até 12 anos de idade incompletos; adolescentes são os que estão entre os 12 e 18 anos completos. Por serem considerados sujeitos vulneráveis e incapazes de garantir sua proteção, cabe ao Estado e às famílias ofertarem condições dignas para o seu pleno desenvolvimento.

A própria inconstância no mundo do trabalho e a falta de estrutura são fatores que precarizam e problematizam a vida desses sujeitos junto à sociedade, impactando diretamente e de forma negativa sobre as condições tanto econômicas quanto familiares e sociais.

As crianças e os adolescentes devem ser vistos pela sociedade como seres em processo de formação e crescimento, tanto físico quanto social e intelectual, compreendidos como sendo sujeitos de direito na atual sociedade brasileira. Assim, cabe à sociedade fazer seu papel de protagonista na garantia da atenção integral, do cuidado e do respeito para que crianças e adolescentes não tenham sua integridade física explorada ou agredida.

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente conclama o desejo da sociedade para que respalde a segurança e a proteção desses sujeitos da faixa etária entre zero e 18 anos. Esse instrumento legal se apresenta como uma intervenção e ação que complementa aquilo que, nos idos de 1988, a nossa Constituição já protagonizava como prioridade, que são os direitos relacionados à preservação e proteção das pessoas dessa faixa etária.

A Lei n. 8.069, de 1990, já em seu artigo 1º deixa claramente explicitada a sua intencionalidade como estatuto e documento legal, que vem oferecer para as crianças e os adolescentes a prioridade no seu direito à proteção integral. “[Art. 1º.] Essa Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente,” (BRASIL, 1990).

O artigo 2º da Lei supracitada refere-se à pessoa até doze anos de idade incompletos como sendo criança, e adolescente aquela entre doze e

dezoito anos de idade. O parágrafo único explicita que tal Estatuto se aplica, de forma excepcional, ao indivíduo entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Essa mesma Lei, em seu artigo 3º, destaca que toda a criança e adolescente estão amparados por este estatuto, que preza pela segurança e proteção integral, cumprindo-se os direitos fundamentais que lhes são assegurados com a finalidade de ver facultados os direitos ao desenvolvimento “[...] físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990).

Na continuidade, os seus artigos 4º e 5º, que fazem parte do Estatuto, vem confirmar as aspirações já descritas no artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

O artigo 6º da Lei 8.069/90 recebe a seguinte redação:

Art 6º na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Nas considerações feitas com relação à finalidade social desse Estatuto e a sua abrangência coletiva, destaca-se o bem-comum e os direitos e deveres individuais e coletivos, identificados com a criança e adolescente como figuras de direito em sua singular fase de desenvolvimento.

O ECA, em seu artigo 7º, quando se refere ao cumprimento e efetivação das políticas sociais públicas relacionadas ao supremo direito à vida e à dignidade da criança, observa a sua gênese protetiva, desde o seu nascimento e desenvolvimento sadio e harmonioso. O artigo 11, por sua vez, assegura o atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, garantindo o acesso integral, igualitário e universal aos serviços de saúde, na promoção, proteção e recuperação, por meio do Sistema único de Saúde (SUS). Na sequência, abrangendo o mesmo assunto, destaca ser de responsabilidade dos estabelecimentos de atendimento à saúde “[...] proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsáveis, nos casos de internação de crianças ou adolescente” (BRASIL, 1990).

Esse Estatuto, em seu artigo 13, destaca a obrigatoriedade da comunicação ao Conselho Tutelar (da sua área ou localidade) quando da suspeita ou da confirmação de maus tratos, tratamento cruel, constrangimento e castigos físicos que afetam a dignidade da criança ou do adolescente, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 2015). Nos artigos 15 e 16, em consonância com a nossa Lei Maior, a Constituição Federal de 1988, aborda-se o direito à liberdade, ao respeito e dignidade da pessoa, em seu desenvolvimento como sujeito de direitos civis humanos e sociais. No artigo 16, em seus Incisos IV, V e VI, “[...] o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:” [...] (Inciso IV) brincar, praticar esportes e divertir-se; (Inciso V) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; (Inciso VI) participar da vida política, na forma da lei.” (BRASIL, 1990).

Quanto aos direitos da criança e do adolescente, o artigo 17, da mesma Lei busca fundamentar-se na importância do respeito e da prevenção, relacionados à inviolabilidade da sua integridade física, psíquica e moral, preservando-se a sua imagem (nos casos de exposição em situação vexatória e preconceituosa), dignidade, autonomia, valores, ideias e crenças, espaços e objetos pessoais.

O ECA, em seu artigo 18, descreve o dever de todos, sem distinção alguma, de respeitar e velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os sempre a salvo de qualquer situação constrangedora, vexatória, de tratamento desumano e aterrorizador. Enfim, confirma-se a intenção de resguardar a criança e o adolescente de preconceitos e da agressão física e moral.

Como figura de direitos em busca do pleno desenvolvimento da criança e o adolescente, o artigo 53 da Lei n. 8069/90 observa, em seus incisos I, II e V, o seguinte: “(Inciso I) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (Inciso II) direito de ser respeitado por seus educadores; [...] (Inciso V) acesso à escola pública e gratuita próximo de sua residência.” (BRASIL, 1990).

É previsto, no artigo 54 incisos I e VII, o dever do Estado em assegurar para crianças e adolescentes: “(Inciso I) Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; [...] (Inciso VII) atendimento no Ensino Fundamental, através de

programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” (BRASIL, 1990).

Como dever de toda a sociedade, fica confirmado em seu artigo 70, a prevenção da ocorrência de ameaças ou violações de direitos onde se vê em risco o descumprimento de sua integralidade inerente à criança e ao adolescente.

Como norma proibitiva, observada no artigo 81, incisos II e III, destaca-se a proibição da venda, para crianças e adolescentes, de bebidas alcoólicas e produtos cuja composição possa causar dependência física ou psíquica, ainda que utilizado e consumido de forma indevida.

Destacam-se, como política de atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes, o que descreve o artigo 86, desta Lei quando confirma que essas políticas serão implementadas através de ações governamentais e não governamentais que abrangem as esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim, também em seu artigo 87, os Incisos I, II, III, V esclarecem quais devem ser as linhas de ação dessas políticas de atendimento:

(Inciso - I) - políticas sociais básicas; (Inciso - II) - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; (Inciso - III) - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; [...] (Inciso - V) - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1990).

Em seu artigo 98, o Estatuto da Criança e do Adolescente versa sobre as medidas de proteção aplicáveis sempre que ameaçados e violados os direitos explícitos nesta Lei. Sua aplicabilidade se dará impreterivelmente nos seguintes casos: quando por omissão da sociedade e do Estado; por falta, omissão e abuso de pais e responsáveis e em razão de sua conduta.

Esse Estatuto, como Lei que dispõe sobre a proteção integral e respeito aos direitos fundamentais, deve ser constantemente aprimorado para que se possa garantir desenvolvimento seguro e gozar de uma vida longe de qualquer violência e crueldade às pessoas nessa faixa etária. Para que isso seja concretizado, é imprescindível o engajamento e articulação do Estado e de

toda a sociedade organizada em busca da afirmação da defesa e garantias individuais e dos direitos fundamentais tão almejados por todos.

Foi a Lei n. 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veio pactuar a responsabilidade do Estado em garantir, efetivar e legitimar políticas sociais públicas na segurança e na garantia integral da vida de crianças e adolescentes. Contudo, ainda não se conseguiu dar a garantia e a proteção integral em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, já que a maioria desses sujeitos ainda continua vivendo na pobreza e na falta de segurança sobre suas vidas.

É de suma importância analisar a Lei n. 11.343, de 2006, e a Lei n. 8.069, de 1990, conhecidas como Lei Antidrogas e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), respectivamente, para compreender com esses instrumentos podem contribuir com a proteção de crianças e adolescentes que sofrem com o estigma e o preconceito pelo uso de álcool e outras drogas.

Diante da fragilidade a que essas pessoas estão submetidas em relação ao uso de álcool e outras drogas, além de difícil compreensão da sociedade em lidar com isso, outro fator que ainda prejudica a vida desses sujeitos alude o estigma e o preconceito como formas de rotular a imagem desses seres.

Quando se trata de crianças e adolescentes envolvidos com uso de álcool e outras drogas, a presença do Estado e da sociedade é de fundamental importância na busca por meios que garantam e protejam os seus direitos. Além disso, a Lei Antidrogas e o ECA foram criados para a garantia de um desenvolvimento sadio e harmonioso junto à família e à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se este trabalho na perspectiva da compreensão da problemática do estigma e preconceito, e na relação com a Lei Antidrogas e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na garantia da proteção integral de crianças e adolescentes em relação ao uso de álcool e outras drogas na atual sociedade brasileira.

Considerando o estigma e preconceito como fenômenos presentes na vida de crianças e adolescentes, quando eles estiverem envolvidos ou fazendo uso de álcool e outras drogas, através do estudo realizado buscou-se uma melhor compreensão das situações na vida dos sujeitos. Com o presente trabalho, pretendeu-se compreender as influências do uso de álcool e outras drogas na vida de crianças e adolescentes, bem como os impactos gerados.

Através dos estudos, compreendeu-se, de forma aproximativa, como a sociedade percebe o uso de álcool e outras drogas entre crianças e adolescentes e, a partir disso, tentou-se compreender o estigma e o preconceito.

Com os referenciais estudados, procurou-se entender como as políticas sociais, principalmente quando se refere à Lei Antidrogas e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são dinâmicas na garantia e proteção integral da vida de crianças e adolescentes.

A regulamentação dessas duas leis possibilitou avanços na atenção e proteção da vida de crianças e adolescentes. A partir disso, alguns setores transformaram-se em agentes protagonistas com o intuito de auxiliar a efetivação de direitos e proteção a esses sujeitos. Entretanto, ainda percebem-se desafios para uma ampla conscientização.

Em relação a esse segmento social, considerado como sujeitos vulneráveis e de direitos, espera que o Estado, como gestor e articulador de políticas sociais, possa dar atendimento e legitimidade no que se refere às Leis

Antidrogas e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, para que esses instrumentos sejam eficazes na sua garantia e na proteção.

O Estatuto da Criança e Adolescente estabelece, como prioridade, a garantia integral, prescrevendo atenção à segurança e dignidade junto à família e à sociedade.

Nesse sentido, o presente trabalho foi desenvolvido com o propósito de estudar e compreender as manifestações do estigma e do preconceito, em que crianças e adolescentes sofrem tais manifestações no cotidiano. Portanto, foi de suma importância o estudo da bibliografia referenciada sobre esses conceitos.

Quando reporta-se a esse estrato social, que esteja fazendo uso de álcool e outras drogas, outro fator importante a ser considerado e analisado é a falta de recursos básicos na manutenção da vida, o que acaba levando-os ao vício e à falta de segurança. São situações de conflitos, tanto identitários quanto geracionais, impregnados nos locais de vulnerabilidade social em que esses indivíduos vivem.

Problematizamos o estigma e o preconceito na vida de crianças e adolescentes que sofrem com o uso de álcool e outras drogas. São sujeitos vítimas do descaso e da falta de garantia de seus direitos.

Com a criação da Lei Antidrogas e do Estatuto da Crianças e do Adolescente, que tem como regimento a atenção integral e a garantia da vida, muito se deve fazer para que esses sujeitos possam ser considerados de direito. O Estado, mesmo na intenção de implantar políticas sociais, quando as implanta, além de serem residuais, pouco contribuem no atendimento e na melhoria de vida desses indivíduos. Já o descaso e a falta de compromisso do Estado para com crianças e adolescentes que sofrem com o uso de álcool e outras drogas em nada contribui. Essas leis são importantes para que os indivíduos possam viver com segurança e dignidade.

O Estado, em vez de implantar políticas sociais para a melhoria da vida de crianças e adolescentes, por vezes se ausenta e não implanta os serviços e/ou promove as ações necessárias relacionadas às demandas dos sujeitos em sua totalidade.

REFERÊNCIA

ALVES, Maria Dalva Santos; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira; CAVALCANTE, Maria Beatriz de Paula Tavares. **Adolescência, Álcool e Drogas**: uma revisão na perspectiva da promoção da saúde. Esc. Anna Nery Enferm. 2008, set., v. 12, n.3 p. 555-59.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço social & sociedade**. São Paulo: n. 106, p. 205-218. Abr/jun. 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. **Secretaria Nacional sobre Drogas**. Brasília (2010). Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/legislacao_no_brasil.pdf> Acesso em: 06 jun. 2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, (1988). 35ª. ed. Câmara dos Deputados. Atualizada em 2012. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <[www.file:///C:/Users/USER/Desktop/comstituicao_federal35ed%20\(1\).pdf](http://www.file:///C:/Users/USER/Desktop/comstituicao_federal35ed%20(1).pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015..

_____. **Lei 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e da outras providências. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 03 de jun. 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11343.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Antidrogas (SENAD). **Prevenção do uso de drogas**. Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias 5ª ed. Brasília, 2013.

CASTRO, Mary Garcia (Coord.) et al. **Cultivando vida, desarmando violências**: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília, DF: UNESCO, 2001. 583p.

CATARINO, Irinéa. **Ciências, Humanidades e Letras**. Universidade Católica de Pernambuco. Revista Symposium. Ed. Nova Fase. Ano 3, número especial. Dez. de 1999.

CENTRO BRASILEIRO ANTIDROGAS DROGAS – CEBRID. **Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras**. UNIFESP. São Paulo, 2003.

CENTRO BRASILEIRO ANTIDROGAS DROGAS – CEBRID. **Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua**. UNIFESP. São Paulo, 2013

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, dez. 1996**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X199600300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa de Opinião Pública. **Drogas lícitas e ilícitas no Brasil: proximidades e opiniões**, 2008. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.com.br>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa de Opinião Pública. **Drogas lícitas e ilícitas no Brasil: proximidades e opiniões**, 2013. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.com.br>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

GOFFMAN, Erving. **Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

JULIANO, Fernanda de Castro. **Posse de Droga para Consumo Pessoal e o Princípio da Insignificância**. Escola da Magistratura do Estado do Paraná. XXVII Curso de Preparação À Magistratura. Núcleo Curitiba: 2009. Disponível em: <<http://www.emap.com.br/conteudo/biblioteca/monografias/Fernanda%20de%20Castro.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de. Juventude, Termos e Insegurança no Brasil. In: Bessa, Marco Antonio. (Org.); Pinsky, Ilana. **Adolescência e drogas**. Contexto. São Paulo: 2004.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Legislação de proteção de crianças e adolescentes contra publicidade ofensiva: a situação do Brasil e o panorama internacional**. Biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Centro de documentação e informação. Coordenação de biblioteca. 2010. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

MARFAN, Andréa de Almeida. Preconceitos Implícitos na Lei de Drogas 11. 343/2006. **Portal/Conteúdo Jurídico**. Brasília-DF: 19. Nov. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.45886&seo=1>> Acesso em: 06 jun. 2015.

MATTOS, Hécio Fernandes; SILVA, Vilma Aparecida. In: BESSA, Marco Antônio (Org.); PINSKY, Ilana. **Adolescência e Drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.

MIYASHIRO, Sandra Galdino; SCHILLING, Flávia. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008.

MOTA, Leonardo de Araújo de. **Drogas e estigmas**. Trabalho apresentado na II semana de humanidades da Universidade Federal de Ceará (UFC), abril, 2005.

NOTO, Ana Regina. Os Índices de Consumo de Psicotrópicos Entre Adolescentes no Brasil. In: BESSA, Marco Antonio. (Org.); PINSKY, Ilana. **Adolescência e drogas**. Contexto, São Paulo: 2004.

NOTO, Ana Regina; RONZANI, Telmo Mota; SILVEIRA, Pollyanna Santos da. **Reduzindo o estigma entre usuários de drogas**. Guia para profissionais e gestores. Universidade Federal de Juíz de Fora. Ed. UFJF, 2014.

SILVA. Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Katálysis. Florianópolis: v. 13, n. 2, p. 155-163, jul/dez. 2010.

VARGAS, Eduardo Viana. “Drogas: armas ou ferramentas?”. In: MINAYO, Cecília & COIMBRA, Carlos (Orgs.). **Críticas e atuantes**: Ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005. 708p.

VELHO, Gilberto. Drogas, níveis de realidade e diversidade. In: RIBEIRO, Maurides de Melo e SIEBEL, Sérgio Dario. **Drogas**: a hegemonia do cinismo. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.

_____. **Mudança, Crise e Violência**. Política e cultura no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.